

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.423 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2001

## Plenário aprova correção da tabela do Imposto de Renda

Projeto do senador Paulo Hartung, modificado pelos deputados, corrige a tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas em 17,5% e só depende agora da sanção presidencial para vigorar já no ano que vem



Os senadores aprovaram, em votação secreta, indicação de nomes para a Aneel e o Cade

O Plenário do Senado aprovou ontem a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em 17,5%. Para virar lei, o projeto só depende agora da sanção do presidente da República. O parecer favorável à proposta foi proferido em Plenário pelo senador Jefferson Péres. O projeto do senador

Paulo Hartung corrigia a tabela do IRPF – em vigor desde 1995 – em 28%, mas esse índice foi alterado pelos deputados. O novo texto torna isento do imposto quem recebe rendimentos anuais tributáveis de até R\$ 12.690. Na lei vigente, a faixa de isenção vai até R\$ 10.800.

PÁGINA 3

### Concessão de benefícios da Previdência deve ficar mais fácil

Senado aprova e envia à sanção presidencial mudança permitindo que “todos os benefícios possam ter concessão na hora”, segundo Waldeck Ornélas, idealizador do projeto.

PÁGINA 3

### Congresso inicia hoje trabalhos da autoconvocação

Sessão marcada para as 10h dá início a atividade extra que visa votar Orçamento da União e outros projetos.

PÁGINA 4



O presidente do Senado, Ramez Tebet, abrirá oficialmente atividades, que se estendem até o dia 21

## Proposta do Orçamento amplia investimentos da União

Relatório final apresentado ontem pelo deputado Sampaio Dória aceita 8.093 emendas de senadores e deputados. A maioria destina recursos para projetos estaduais e municipais, aumentando investimentos para R\$ 16,4 bilhões.

PÁGINA 6

### Comissão debate indicações para agências

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) debate hoje, às 10h30, mensagens do presidente da República indicando Carlos Alberto Wanderley Nóbrega para diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Para diretores foram indicados José Guimarães Barreiros e Tarcísio Jorge Caldas Pereira. Será apreciada ainda a indicação de John Nilme Albuquerque Forman para diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A CI reúne-se novamente às 15h para deliberar sobre mais seis indicações do presidente da República: Francisco de Paula Magalhães Gomes para diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), e Luziel Reginaldo de Souza, Rogério Gonzales Alves, Antonio Machado Bastos e Wildjan da Fonseca Magno para diretores.

A última mensagem a ser examinada propõe o nome de Reinaldo Alves Costa Neto para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



### Bello Parga é condecorado pela Marinha

O senador Bello Parga (PFL-MA) foi condecorado pela Marinha do Brasil no último dia 13, Dia do Marinheiro, com a Medalha Mérito Tamandaré.

A medalha foi criada em 1957 para agradecer autoridades, instituições e personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras que tenham prestado relevantes serviços.

## Na pauta da CCJ projetos que atendem pleito de docentes

Medidas reajustam salários por meio de alteração de tabelas e criação de gratificações. Também serão beneficiados servidores e previdenciários

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute na reunião desta quarta-feira, às 10h, dois projetos de lei do governo federal que têm como objetivo reajustar, por meio da alteração de tabelas e criação de gratificações, os salários de professores universitários, servidores das instituições federais de ensino, residentes médicos e previdenciários, entre outras categorias.

As propostas, que já foram aprovadas pela Câmara, tramitam em regime de urgência, já que sua adoção foi a condição para que docentes e servidores da Previdência encerrassem greves que duraram mais de 100 dias. Um dos projetos, relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), estende as gratificações aos proventos da aposentaria e das pensões dos beneficiados, outra reivindicação dos professores e servidores que acabou sendo atendida pelo governo federal.



Lúcio Alcântara é relator de proposta do Executivo que melhora gratificações

O projeto relativo aos professores abrange também os médicos residentes de hospitais universitários. Segundo a mensagem presidencial, a proposta é fruto de exaustivas discussões com a participação de parlamentares, em que as partes resolveram atacar o problema da baixa gratificação pela correção das tabelas de vencimento

básico dos docentes.

A segunda proposta a ser analisada pelos senadores da CCJ, que é presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), cria a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativo (Gdata) e irá beneficiar, de acordo com o governo, 250 mil servidores ativos das áreas de saúde, previdência, educação, reforma agrária e meio ambiente, além de 405 mil aposentadorias e pensões.

— A criação da gratificação representará acréscimos remuneratórios que, somados aos índices de revisão geral de 3,5% e 3,17% previstos para o próximo ano, permitirão ganhos que poderão chegar a 86% para o nível superior, 38% para o nível intermediário e 21% para o nível auxiliar — afirma na exposição de motivos o ministro do Planejamento, Martus Tavares.

## CAE discute novo tributo sobre a importação de petróleo e derivados

O projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) será examinado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com emenda à Constituição promulgada no dia 11, essa contribuição incidirá sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e álcool combustível.

Uma vez aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente da República, a Cide entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002, quando terminará o monopólio da Petro-

bras na importação de combustíveis e derivados de petróleo. A arrecadação do governo com a nova contribuição será destinada ao pagamento de subsídios a preço ou transporte de gás natural e derivados de petróleo, além do financiamento a projetos ambientais relacionados com a indústria de petróleo e gás, e a programas de infraestrutura de transportes.

A CAE analisará também ofício do Banco Central encaminhando pedido do governo gaúcho para assumir dívida de R\$ 381,6 milhões do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

(Ipergs), refinanciada junto a União.

Será ainda examinada pela comissão mensagem do Poder Executivo que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 156 milhões junto a um consórcio de bancos liderado pelo Deutsche Bank. Os recursos deverão ser utilizados no Projeto AL-X, de desenvolvimento de aviões Super Tucano. Esses aviões foram concebidos para dar suporte ao policiamento do espaço aéreo nas regiões Norte e Centro-Oeste.



### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente  
Ramez Tebet

10h — Preside Sessão Solene do Congresso Nacional.  
*Plenário do Senado*  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária  
18h30 — Preside sessão deliberativa extraordinária

#### PLENÁRIO

10h — *Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional*  
Pauta: instalação dos trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura. *Plenário do Senado*

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*  
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 24/95, que restringe a imunidade parlamentar; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 49/01, que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; e quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 53/01, que autoriza a cobrança de taxa de iluminação pública pelos municípios.

18h30 — *Sessão deliberativa extraordinária*  
Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 24/95, que restringe a imunidade parlamentar; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 49/01, que modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica; e primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 53/01, que autoriza a cobrança de taxa de iluminação pública pelos municípios.

#### COMISSÕES

10h — *Comissão de Assuntos Econômicos*  
Pauta: Mensagem nº 290/01, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 156 milhões entre o Brasil e um consórcio de bancos liderado pelo Deutsche Bank — Uruguay (IFE), destinados ao financiamento parcial do Projeto AL-X; PLC nº 138/01, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível; e Ofício nº 50/01, que encaminha manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do governo do Rio Grande do Sul para assumir dívida do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipergs). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h30 — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*  
Pauta: mensagens que submetem os nomes de Carlos Alberto Wanderley Nóbrega, José Guimarães Barreiros e Tarcísio Jorge Caldas Pereira para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); e de John Nilme Albuquerque Forman para a Agência Nacional do Petróleo (ANP).  
15h — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*  
Pauta: mensagens que submetem os nomes de Francisco de Paula Magalhães Gomes, Luziel Reginaldo de Souza, Rogério Gonzales Alves, Antônio Machado Bastos e Wildjan da Fonseca Magno para exercerem o cargo de diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT); e de Reinaldo Alves Costa Neto para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo



Segundo Waldeck Ornélas, a proposta aprovada "revolucionaria a Previdência"

## Benefícios da Previdência serão agilizados

O Senado aprovou ontem projeto que inverte o ônus da prova para o cálculo dos benefícios da Previdência Social. Atualmente, o segurado tem que provar seu tempo de contribuição e o fluxo de suas remunerações para que obtenha o benefício. Mas o texto, que agora vai à sanção presidencial, inverte o ônus da prova e obriga o INSS a disponibilizar os dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais, agilizando o pagamento dos benefícios. Apenas em caso de divergência caberá ao segurado recolher documentos e informações para recorrer da decisão do INSS.

— A proposta revoluciona a Previdência, permitindo que todos os benefícios possam ter concessão na hora. Até agora, a burocracia pôde ficar de braços cruzados, obrigando o trabalhador a se virar — afirmou o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), idealizador do projeto quando ministro da Previdência.

O texto, relatado favoravelmente pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), traz outras alterações nas leis básicas da Previdência Social. Uma delas é eliminar restrições às filiações ao sistema previdenciário de ministros de confissão religiosa. Além disso, exige que as empresas remetam aos sindicatos informações relativas às contribuições dos empregados ao INSS.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), mesmo declarando-se favorável ao projeto no mérito, optou por votar contra a proposta. Mozarildo mantém assim o compromisso de votar contra as propostas de interesse do governo, em protesto ao tratamento dispensado pelo Executivo ao estado de Roraima.

# Senado aprova correção da tabela do Imposto de Renda em 17,5%

Relator da matéria, Jefferson Péres, deu parecer favorável em Plenário. Proposta de Paulo Hartung, com a alteração feita na Câmara, vai agora à sanção do presidente da República

Contra o encaminhamento do líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que corrige a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em 17,5%. O parecer, favorável à aprovação da matéria, foi proferido em Plenário pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Para se tornar lei, a proposta tem ainda de ser sancionada pelo presidente da República.

O projeto aprovado originalmente no Senado corrigia a tabela do IRPF — em vigor desde 1995 — em 28%, mas esse índice foi alterado para 17,5% pelos deputados. O novo texto torna isento do imposto quem recebe rendimentos tributáveis mensais de até R\$ 1.057,50. Na lei vigente, a faixa de isenção vai até R\$ 900. Estará sujeito à alíquota de 15% quem receber de R\$ 1.057,51 a R\$ 2.115, ficando sob a alíquota de 27,5% os rendimentos acima desse valor.

O relator afirmou que não teria problemas em proferir oralmente o parecer em Plenário, já que estava praticamente pronto o relatório que deveria apresentar esta semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para ele, o índice ideal de correção seria de 35%.

— A manutenção da tabela é uma violência, uma forma simulada de se meter a mão no bolso do contribuinte assalariado, o único que não pode se defender da voracidade fiscal neste país — afirmou Jefferson Péres, para quem “a correção pela metade da tabela já reduz o tamanho da injustiça”.

Artur da Távola disse que o atual governo fez mais investimentos na área social do que jamais foi feito em toda a história do Brasil, e salientou que “os êxitos, que não são poucos, são provenientes de um ajuste fiscal rigoroso”. Esse ajuste, para ele, será quebrado com a diminuição da arrecadação causada pelo reajuste da tabela.

O líder defendeu a proposta apresentada pelo governo, que criava uma terceira alíquota de



Plenário do Senado manteve a correção de 17,5% que havia sido decidida na Câmara

contribuição. A proposta, segundo o parlamentar, reduziria a contribuição de 97% das pessoas que pagam imposto de renda no Brasil — cerca de 7% da População Economicamente Ativa (PEA).

Paulo Hartung lembrou que a tabela está congelada há seis anos e há dois sua proposta de correção tramita no Legislativo. O ín-

dice de 17,5% foi consensual entre todos os partidos, sendo aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

— Precisamos fazer justiça tributária e realizar a atualização que é possível, em termos políticos, neste momento — disse.

O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou ter participado de

## Prejuízos para os estados justificam votos contrários

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), observou que estados e municípios também perderão com a correção da tabela, já que hoje recebem parte do que é arrecadado com o IR. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) também anunciou voto contrário, porque avalia que o projeto representa “uma perda significativa para o estado”. Lúdio Coelho (PSDB-MS) igualmente posicionou-se contra o projeto, que para ele representa um risco à estabilidade econômica.

O senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou que ao Congresso Nacional cabe apenas aprovar ou rejeitar iniciativas do governo no

campo tributário, não fazer novas propostas. Como seu partido não se pronunciou sobre o assunto, anunciou sua abstenção.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que os bancos duplicaram seus lucros no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas não houve nenhuma medida para aumentar a tributação desses lucros. Para ele, o governo “não tinha o direito de cobrar essa posição (de apoio) de suas lideranças”.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou que a correção da tabela já deveria ter sido proposta pelo governo há sete anos. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) anunciou o voto favorável

reunião entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os líderes partidários em que todos, inclusive o presidente da República, se manifestaram a favor da correção. Segundo ele, Fernando Henrique Cardoso teria pedido “um par de dias” para chegar a uma solução com a equipe econômica, que, no entanto, não veio.

— O melhor seria que estivéssemos votando um projeto de consenso. Para nós, que representamos a sociedade, não há outro caminho senão o de praticar justiça com a classe média. Sem cometer deslealdade com quem quer que seja, porque essa matéria foi suficientemente discutida com o Poder Executivo — afirmou Agripino.

de seu partido, ressaltando a “grande importância social do projeto”. Osmar Dias (PDT-PR) disse que o argumento do governo, que lamenta a perda de arrecadação, serve também para o trabalhador, que “está pagando a mais indevidamente”.

Os argumentos de Osmar Dias foram endossados por Fernando Bezerra (PTB-RN). Ele ressaltou que o governo veta a correção da isenção, mas apóia a correção dos impostos, já que a carga tributária foi elevada de 27% para 34%. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) declarou-se admirado de o governo estar contra a proposta de Paulo Hartung.

## Sociedade esperava essa decisão, afirma Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que houve um consenso entre todos os partidos, que concordaram em aprovar uma correção de 17,5% na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. “Essa matéria nasceu no Senado Federal e todos os senadores a conhecem bem. A socie-

dade esperava essa decisão”, acrescentou.

Tebet também rebateu argumento do governo de que a correção vai diminuir a arrecadação. “Quem garante que a arrecadação vai cair? Eu, por exemplo, acredito que vai aumentar”, afirmou. O presidente ainda informou que pretende colocar em

votação em segundo turno, até amanhã, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que redefine a imunidade parlamentar, bem como as PECs que estabelecem a cobrança de ICMS sobre petróleo e derivados importados e a taxa sobre iluminação pública. As PECs poderão ser promulgadas na quinta-feira.

# Sessão às 10h abre autoconvocação do Congresso

No período, que se estenderá até a próxima sexta-feira, devem ser votadas matérias importantes como o projeto de Orçamento da União para 2002 e a proposta de emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou em entrevista à imprensa que abrirá oficialmente, na sessão marcada para as 10h de hoje, o período de autoconvocação do Congresso, que se estenderá até a próxima sexta-feira. Nesse período, informou, os parlamentares votarão o Orçamento de 2002 e outras matérias, sem receber qualquer pagamento extra. A sessão legislativa encerrou-se ontem.

A previsão de Tebet é que o projeto de Orçamento seja votado até amanhã ou quinta-feira, já que a comissão mista que cuida do assunto está finalizando o texto da proposta.

## IMPOSTO DE RENDA

Entre outras matérias relevantes que seriam votadas esta semana estava o projeto de correção da tabela do Imposto de Renda, aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Ramez Tebet era favorável à aprovação da matéria.

— O projeto é justo, pois irá aliviar a classe assalariada e a classe média, que têm sido muito penalizadas. A matéria conta com o apoio até dos senadores da base governista e eu não acredito nesse negócio de dizer que não há recursos. Tem que haver recursos — acrescentou Tebet. Ele também disse



Ramez Tebet prevê que o Orçamento seja votado até, no máximo, quinta-feira

que, em sua opinião, o presidente da República deverá sancionar a decisão do Congresso.

**MANDADO DE SEGURANÇA**  
Tebet comentou também a intenção do senador Jefferson Péres (PDT-AM) de entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a votação de três propostas de emenda à Constituição (PECs) durante o período da autoconvocação. Na avaliação de Jefferson, a decisão pode abrir “precedente perigoso”, já que os trâmites normais não serão seguidos durante a análise das três propostas.

— O senador Jefferson Péres já apresentou seu ponto de vista, e agora acredito que ele cederá à decisão soberana do Plenário. A votação dessas matérias, como a PEC que restringe

a imunidade parlamentar, é vontade do Congresso e da sociedade. Não existe risco de abrir precedente, pois a decisão foi discutida em Plenário, sem manifestações contrárias, e está sendo tomada em caráter excepcional para atender às circunstâncias — afirmou Tebet.

## BALANÇO

Antecipando o balanço dos trabalhos legislativos deste ano, o presidente do Senado afirmou que o ano foi muito positivo para a instituição, que conseguiu votar grande número de matérias mesmo em meio às crises que culminaram com a renúncia de três senadores.

— O Senado e o Congresso trabalharam como nunca e não deixaram de votar nenhuma matéria de interesse da sociedade — concluiu o senador.

## Comissão Representativa para o recesso parlamentar já está definida

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou a composição da Comissão Representativa do Congresso Nacional. Integrada por sete senadores e 16 deputados — com igual número de suplentes —, a comissão atuará em nome das duas Casas durante o recesso parlamentar, que vai de 18 de dezembro de 2001 a 14 de fevereiro de 2002.

Prevista no artigo 58 da Constituição, a Comissão Representativa é regulamentada por uma resolução aprovada pelo Congresso em 1990. A ela cabe, entre outras atribuições, deliberar sobre projeto de lei relativo a créditos adicionais solicitados pelo Poder Executivo; a sustação de atos do presidente da República que exorbitem de seu poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; e ainda convocar

ministros de Estado ou pedir a eles informações. As reuniões da comissão são convocadas por seu presidente, que deve ser membro da Mesa do Senado.

A comissão será integrada pelos senadores Ramez Tebet (MS) e Casildo Maldaner (SC), pelo PMDB; Edison Lobão (MA) e José Coelho (PE), pelo PFL; Ricardo Santos (PSDB-ES), pelo bloco PSDB-PPB; José Eduardo Dutra (PT-SE), pelo Bloco Oposição (PT, PDT e PPS); e Carlos Wilson (PTB), pelo bloco PSB-PTB. Participam como suplentes, respectivamente, João Alberto Souza (PMDB-MA), Gilvam Borges (PMDB-AP), José Agripino (PFL-RN), Francelino Pereira (PFL-MG), Geraldo Melo (PSDB-RN), Lauro Campos (PDT-DF) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

## Regulamentada gratificação para militares

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto de lei da Câmara dos Deputados que regulamenta a forma de remuneração para militares da ativa designados para função de confiança em gabinetes de ministros das Forças Armadas. Fica determinado que será usada tabela de gratificações para funções similares no Poder Executivo.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), explicou em seu parecer que havia uma lacuna na legislação sobre o assunto. A matéria é oriunda do Superior Tribunal Militar (STM).

## Garantidos recursos para financiamento de pesquisa

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem projeto que institui o financiamento para programas de ciência e tecnologia, saúde, biotecnologia e recursos genéticos (Genoma), aeronáutica e inovação para competitividade. Os recursos virão, a partir de 1º de janeiro próximo, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Em seu parecer favorável, o relator Paulo Souto (PFL-BA) lembrou que os recursos da Cide visam incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico nessas áreas, mediante o financiamento de programas de pesquisa e desenvolvimento cooperativo entre universidades e centros de pesquisa e o setor produtivo.

A contribuição será cobrada, em alíquota de 10%, das empresas detentoras de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como das signatárias de contratos que impliquem transferência de tecnologia do exterior.

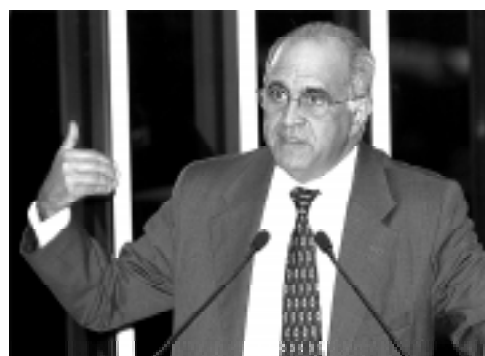
Souto destacou que 30% dos recursos de cada programa deverão ser destinados a projetos desenvolvidos por instituições

de ensino e pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das agências de desenvolvimento regional.

Os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Paulo Hartung (PSB-ES), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Lindberg Cury (PFL-DF) e Carlos Patrocínio (PTB-TO), além do líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), manifestaram-se favoráveis ao projeto. Eles consideram que a proposta estimulará o elo de ligação entre universidades e empresas, resultando em grandes benefícios para as atividades de pesquisas científica e tecnológica.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) destacou a importância estratégica do projeto para o desenvolvimento econômico e social do país. A proposta, disse, vai incentivar a pesquisa conjunta universidade/empresas.

Para o senador José Fogaça (PPS-RS), ao governo não cabe fabricar nem vender aço, mas financiar e expandir as fronteiras do conhecimento, e “é isso que o projeto faz”. O projeto irá à sanção presidencial.



Paulo Souto, relator, considera que o projeto incentivará o desenvolvimento tecnológico

## Plenário aprova três nomes indicados para Aneel e Cade

Em votação secreta, o Plenário aprovou na tarde de ontem mensagens presidenciais indicando nomes para a direção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Foi reconduzido ao cargo de diretor da Aneel Jaconias de Aguiar. Isaac Pinto Averbuch teve

o nome ratificado pelo Senado para assumir cargo de direção na Agência Nacional de Energia Elétrica. Também foi acolhida mensagem presidencial indicando Miguel Tebar Barriouneo como conselheiro do Cade.

O presidente da República será comunicado da decisão do Plenário.



Roberto Freire aponta problemas no texto aprovado na Comissão de Educação

## Definição de filantrópica será reexaminada

O Plenário decidiu adiar a votação do substitutivo a projeto da Câmara que define instituições de ensino comunitárias, confessionais (ligadas a alguma denominação religiosa) e filantrópicas. Todas elas poderão receber recursos públicos. A proposta será examinada novamente pela Comissão de Educação (CE).

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o texto eliminou a exigência de que legislação específica defina o conceito de entidade filantrópica. O problema, opinou, é que o projeto já distingue as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais, mas permite às confessionais e comunitárias a criação de escolas filantrópicas, para fins de recebimento de recursos públicos.

—Uma instituição criada como comunitária, por exemplo, pode depois criar uma filantrópica, e fazer o que temos visto — disse Freire.

Ex-ministro da Previdência, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) também criticou tanto o texto da Câmara quanto o substitutivo do Senado. Ele defendeu novo exame pela CE e anunciou que apresentará emendas à proposta. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) chamou atenção para a necessidade de que o conceito de entidade filantrópica esteja bem estruturado na lei, sob o risco de instituições desse tipo “ficarem fora do controle”.

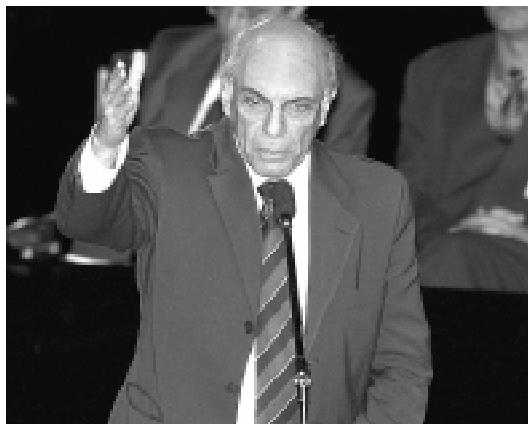
# Prorrogado prazo para regularização de terras concedidas na faixa de fronteira

Projeto aprovado no Senado vai agora à sanção presidencial. Há 22 mil proprietários em 11 estados aguardando a ratificação de títulos pelo Incra

Vai à sanção presidencial projeto de lei da Câmara dos Deputados prorrogando até 31 de dezembro de 2002 o prazo para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ratificar a posse de terras localizadas a até 150 quilômetros da fronteira. Atualmente, há 22 mil proprietários em 11 estados aguardando a ratificação do órgão. O Senado aprovou a matéria ontem votando o relatório do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), examinado em Plenário.

Durante a votação do projeto que dá mais prazo para a regularização de terrenos aos detentores de títulos de alienação ou concessão de terras feitas pelos estados na faixa da fronteira, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lembrou que muitos dos documentos exigidos pelo Incra são difíceis e demorados de conseguir. Ele salientou que a não-aprovação da prorrogação de prazo tornaria os títulos nulos.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmaram que a matéria é estratégica para segurança nacional,



Távola deu parecer favorável à prorrogação do prazo de ratificação da posse de terras

por tratar de terras na fronteira. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) acredita que mais um

ano garantirá prazo suficiente para que todos os títulos pendentes sejam ratificados pelo Incra.

## Limite à imunidade parlamentar deve ser votado hoje em primeiro turno

Transcorreu ontem a quarta sessão de discussão em primeiro turno das três propostas de emenda à Constituição (PECs) que estão em regime especial de tramitação. Elas tratam das restrições à imunidade parlamentar; da permissão da cobrança de ICMS de petróleo, derivados e energia pelos estados produtores; e da instituição da taxa de iluminação pública pelos municípios.

O regime especial foi decidido pelo Plenário, ao aprovar requerimento permitindo que mais de uma sessão de discussão seja realizada no mesmo dia, para que as PECs possam ser aprovadas ainda este ano. A votação em primeiro turno deve ocorrer hoje, após a quinta e última sessão de discussão.

A primeira proposta mantém



Melo quer mudar norma do ICMS em operações interestaduais de comércio de combustíveis

a imunidade parlamentar apenas para os chamados crimes de opinião. Determina que os parlamentares possam ser processados por crimes comuns, perante o Supremo Tribunal Federal, sem a necessidade de licen-

ça prévia da Casa Legislativa, como ocorre hoje. O texto aprovado na Câmara permite, contudo, a suspensão do processo, caso os parlamentares entendam que ele tem motivações políticas. A proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Outra PEC é a que extingue a imunidade no ICMS sobre as operações interestaduais de comércio de combustíveis. Segundo o autor da proposta, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o único efeito do atual dispositivo constitucional é proibir a cobrança de ICMS de petróleo, derivados de energia pelos estados produtores. Por último, os senadores discutem a PEC que permite a cobrança de taxa de iluminação pública pelos municípios.

## Pesar pela morte do pai de José Eduardo Dutra

O Senado aprovou requerimento para inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentado por todas as lideranças partidárias, pelo falecimento de José Araújo Dutra, pai do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ocorrido domingo em Belo Horizonte (MG). Médico e ex-prefeito da cidade mineira de Caratinga, Araújo Dutra tinha 77 anos.

O requerimento foi encaminhado por todos os líderes partidários, que lamentaram o ocorrido e enalteceram as qualidades de Dutra como líder do Bloco Oposição. Somaram-se ao voto de pesar os senadores Lauro Campos (PDT-DF), José Agripino (PFL-RN), José Coelho (PFL-PE). O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), também apoiou o requerimento de pesar, e o presidente do Senado, Ramez Tebet, apresentou as condolências da Mesa diretora.

## Criação de tribunais regionais federais será decidida em 2002

A criação de tribunais regionais federais no Paraná, em Minas Gerais e na Bahia somente será votada em fevereiro de 2002, após o receso parlamentar. Não houve acordo sobre qual tribunal seria responsável pela jurisdição de Santa Catarina — atualmente é a 4ª Região, em Porto Alegre. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou requerimento para o retorno da proposta de emenda constitucional (PEC) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas os líderes par-

tidários, diante da falta de quórum para apreciação de PEC, resolveram apenas adiar a votação, que deverá constar da pauta do Senado no início dos trabalhos do próximo ano.

A proposta original, do senador Arlindo Porto (PTB-MG), altera a jurisdição dos tribunais regionais: da 1ª Região, sediado em Brasília; da 3ª Região, com sede em São Paulo; e da 4ª Região, sediado em Porto Alegre.

A proposta estabelece a criação de mais dois tribunais: um com sede em Belo Horizonte, para tratar dos

processos de Minas e Espírito Santo, e outro em Curitiba, que teria a responsabilidade sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Emenda dos senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) acrescentou uma região da Justiça Federal para os estados da Bahia e Sergipe, com sede em Salvador. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), acolheu a emenda. Para ele, as alterações desafogarão a Justiça Federal.

— Dos 140 mil processos em tra-

matização na 4ª Região, 40% são do Paraná. O custo disso para o cidadão paranaense é enorme — frisou.

Argumento semelhante usou o senador José Alencar (PL-MG). Ele disse que Minas Gerais é responsável por 209 mil processos que correm na primeira instância da Justiça Federal e 100 mil na segunda instância. O acúmulo de processos, afirmou, é responsável por R\$ 1,2 bilhão em depósitos judiciais parados e R\$ 10 bilhões em processos da dívida ativa federal.



Proposta original de Arlindo Porto criava dois novos tribunais regionais federais



# Congresso aumenta verbas para investimentos

Relatório final sobre projeto de Orçamento da União para 2002 eleva em R\$ 5,4 bilhões gastos federais no setor. Conforme o documento, que poderá ser votado amanhã pela comissão mista, previsão das receitas primárias sobe para R\$ 322,13 bilhões

O relatório final do projeto de Lei Orçamentária da União para 2002 foi apresentado ontem pelo deputado Sampaio Dória (PSDB-SP) à Comissão Mista de Orçamento. Ele aceitou 8.093 emendas dos deputados e senadores, a quase totalidade destinando dinheiro para projetos municipais e estaduais nas áreas de saúde, educação, habitação, esgotos, transportes e tratamento de lixo. No final, o Congresso está aumentando os investimentos federais do próximo ano em R\$ 5,4 bilhões, elevando o total para 16,4 bilhões.

Além dos investimentos, o relator-geral está destinando R\$ 1,54 bilhão para a Previdência Social pagar o aumento do salário mínimo (de R\$ 180 para R\$ 200), a partir de abril, a 13,4 milhões de aposentados pelo INSS e 1,6 milhão de idosos e deficientes sem renda. Este dinheiro sairá de uma reserva antes destinada às emendas parlamentares. Os gastos totais com saúde chegarão em 2002 a R\$ 28,6 bilhões, o maior valor já reservado ao setor no Orçamento.

Os aumentos de gastos serão financiados principalmente pela cobrança de imposto de renda dos fundos fechados de previdência complementar decidida recentemente pelo STF (R\$ 7 bilhões), pela reestimativa da arrecadação por conta do aumento da inflação nos últimos meses de 2001 (R\$ 2,3 bilhões) e pela cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômi-

## Quanto cada setor ganha com as emendas do Congresso

Transportes	R\$ 1,50 bilhão
Previdência (salário mínimo)	R\$ 1,54 bilhão
Gestão ambiental	R\$ 1,30 bilhão
Saúde	R\$ 972 milhões
Educação	R\$ 862 milhões

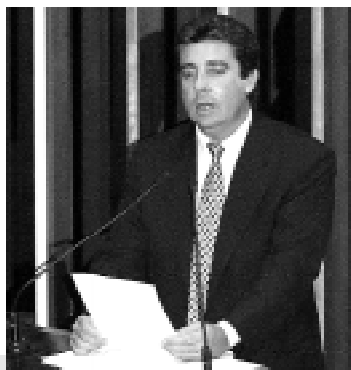
co (Cide) sobre combustíveis, aprovada na semana passada pelo Congresso. Somando tudo, o relator Sampaio Dória está prevendo que a arrecadação federal será R\$ 13,8 bilhões maior do que previa a equipe econômica. Por lei, R\$ 3,2 bilhões serão transferidos aos estados e municípios, R\$ 10,1 bilhões se destinam a investimentos e custeio e R\$ 460 milhões aumentarão o superávit primário das contas públicas.

O relatório final poderá ser votado amanhã pelos deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento, caso governo e oposição cheguem a um acordo. Os partidos opositoristas querem que o governo determine a renegociação da dívida de R\$ 4,5 bilhões dos pequenos agricultores, entre outras coisas. Sem acordo, o relatório será enviado diretamente ao Plenário do Congresso para votação, mas líderes de partidos da base do governo temem que uma obstrução opositorista atrase a votação. O Congresso está convocado a partir de hoje para trabalhar nesta semana e votar exatamente o projeto or-

çamentário.

Com as mudanças introduzidas pelo relator-geral, a previsão de receitas primárias da União em 2002 passa para R\$ 322,13 bilhões, contra R\$ 308,29 previstos pelo governo em seu projeto de Orçamento enviado ao Congresso em agosto passado. As despesas sobem na mesma proporção – de R\$ 277,97 bilhões para R\$ 291,35 bilhões. A diferença entre receitas e despesas é o superávit fiscal que o governo (fora estatais) terá de apresentar no próximo ano (R\$ 29,65 bilhões), somado a subsídios da dívida agrícola e acertos de caixa da passagem de ano.

O relator trabalha com um crescimento da economia, em 2002, de 3,5% do PIB (acima da previsão de agências especializadas). Calcula ainda que o dólar será negociado na média de R\$ 2,40 ao longo do próximo ano. No entanto, ao mencionar a inflação média de 5,4% em 2002, projetada pelo governo em seu projeto orçamentário, o deputado Sampaio Dória lembra que, nos últimos meses, o mercado passou a trabalhar com uma projeção inflacionária mais elevada.



Valmir Amaral aponta a ausência de investimentos como uma das causas da crise que atinge o país

## Crise energética pode durar anos, alerta Valmir Amaral

A crise do setor elétrico brasileiro pode durar anos, previu ontem o senador Valmir Amaral (PMDB-DF), ao atribuir o “quase colapso” do fornecimento de energia às privatizações de empresas prestadoras de serviço do setor e à ausência de investimentos públicos na área energética, como os destinados à construção de linhas de transmissão.

Para o senador, a privatização de empresas do setor energético não proporcionou a melhoria dos serviços nem no que diz respeito à qualidade nem aos preços ou à garantia de fornecimento de ener-

gia elétrica. Além disso, observou, a tarifa de luz aumentou e há previsão de que no próximo ano o governo faça reajuste em torno de 30%.

Valmir Amaral estranhou que, apesar de o país possuir várias bacias hidrográficas que podem garantir a geração de energia a um preço justo, o povo brasileiro continue a pagar tarifas caras, com um agravante: enfrenta o racionamento.

— Todas as ações propostas pelo governo, como a construção de usinas termelétricas, não passam de simples remendos, de respos-

tas paliativas a uma crise que tem causas mais profundas, enraizadas no modelo de privatização subserviente ao desmando do Fundo Monetário Internacional — afirmou ele.



## EMBAIXADORA DA REPÚBLICA DA GUIANA VISITA RAMEZ TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita de cortesia da embaixadora da República da Guiana — antiga Guiana Inglesa —, Marilyn Miles. Eles conversaram sobre os interesses comuns dos dois países e a embaixadora manifestou a vontade da Guiana de incrementar o intercâmbio cultural, comercial e tecnológico com o Brasil.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — Os senadores Moreira Mendes e Jonas Pinheiro falam sobre as relações Brasil-Taiwan  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Hartung fala sobre a correção do Imposto de Renda  
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Estresse — Parte 1  
9h — *Entrevista* — O sen. Geraldo Cândido fala sobre a questão racial no Brasil  
10h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional — Sessão de Instalação da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
13h30 — *Cidadania* — A sen. Marina Silva e o sen. Artur da Távola falam sobre ética na política  
14h15 — *Senado Informa* (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (representação)  
Para exibir:  
10h30 — Comissão de Infra-Estrutura  
15h30 — Comissão de Infra-Estrutura

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* - Entrevistas: senador Edison Lobão (PFL-MA) comenta o projeto de imunidade parlamentar que será votado hoje pelo Senado, e comenta ainda projeto de sua autoria que vai facilitar recebimento de benefício da Previdência; o presidente do Instituto dos Arquitetos de Brasília (IAB), Sérgio Albuquerque Brandão, fala sobre o concurso de projetos sobre revitalização da W3 Sul/Norte, em Brasília; João Quirino, vice-presidente da Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (Abav), faz comentários sobre os reflexos do pacote econômico argentino no setor de turismo brasileiro; e o coronel José Fernandes Silva do Nascimento, chefe do gabinete do Detran, explica como será a transferência para a iniciativa privada do setor de atendimento do Detran.  
As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviços  
9h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo  
Em seguida — Música, informação e serviços  
13h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (representação)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo Mundo (representação)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Jazz e Tal*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Agropecuária salva balança comercial, diz Patrocínio

Apesar da “falta de política para o campo” e dos altos juros cobrados pelos bancos, o setor terá superávit de US\$ 18 bilhões, segundo o senador. A soja e a carne estão entre os principais produtos exportados

## Bezerra aponta crescimento do cooperativismo

O crescimento do cooperativismo brasileiro na última década foi destacado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Segundo informou, existem atualmente mais de três mil cooperativas espalhadas pelo país. O senador considera que o sucesso das cooperativas, principalmente as rurais, está ligado a fatores como a capacidade de competitividade, eficiência produtiva, gerência e racionalização da produção.

Carlos Bezerra observou que as cooperativas vêm trabalhando com níveis elevados de capacitação técnica, o que coloca o Brasil em patamares semelhantes aos registrados nos países do Primeiro Mundo. Por isso, afirmou, as cooperativas são responsáveis por 75% do trigo, 40% do açúcar e 41% da cevada produzidos no Brasil.

### GLOBALIZAÇÃO

O cooperativismo, avalia, consegue proteger os trabalhadores e os produtores dos impactos provocados pelo aprofundamento da crise econômica, “agravada diante das distorções causadas pela globalização, que está gerando desemprego no campo e falências entre as médias, pequenas e microempresas”.

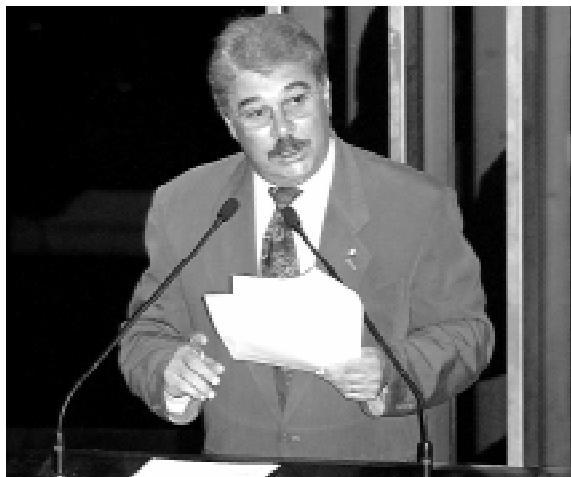
O senador elogiou o trabalho do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), que, disse, tem contribuído de forma decisiva para o pleno funcionamento das cooperativas, por meio da realização de programas voltados para a pesquisa e o treinamento e da introdução de novas técnicas agrícolas.



Segundo Carlos Bezerra, sucesso das cooperativas está ligado à eficiência produtiva

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou em Plenário que, apesar da “falta de uma política para o campo e dos juros escorchantes” cobrados pelos bancos dos produtores rurais, o setor agropecuário brasileiro vai, mais uma vez, salvar a balança comercial do país. Segundo ele, o agronegócio gerará superávit de US\$ 18 bilhões neste ano, contra US\$ 14 bilhões no ano passado.

Patrocínio chamou a atenção para alguns produtos que estão “desequilibrando favoravelmente” a balança comercial, como a soja, cujas exportações cresceram, em dólares, 25,3%. De janeiro a novembro deste ano, as 27,4 milhões de toneladas significaram US\$ 5,06 bilhões. No mesmo período do ano passa-



Carlos Patrocínio chamou atenção para o crescimento de 25,3% nas exportações de soja

do, foram US\$ 4,04 bilhões auferidos com as 21,2 milhões de toneladas exportadas.

A carne foi outro produto destacado pelo senador. O volume exportado passou de 1,34 bilhão para 1,94 bilhão de toneladas. Houve um aumento de 46,2%, mas

a valorização dessa commodity no mercado fez com que o faturamento subisse mais de 50%, passando de US\$ 1,75 bilhão para US\$ 2,62 bilhões.

Carlos Patrocínio informou que também as frutas frescas, pescado, tabaco, couro e calçados tiveram bom desempenho nas exportações.

O mais tradicional produto de exportação brasileiro, o café, vem sofrendo um revés em seu desempenho comercial.

Apesar das exportações terem subido 29,6% – foram 1,2 milhão de toneladas nos primeiros onze meses do ano, contra 960 mil toneladas entre janeiro e novembro de 2000 –, a baixa do preço no mercado internacional fez com que as receitas provenientes da venda de café caíssem 20,6%,

de US\$ 1,63 bilhão para US\$ 1,29 bilhão.

Para o senador, o problema é que o país exporta café *in natura*, precisando agregar valor ao produto. Ele cobrou do governo uma política mais eficiente de incentivo para beneficiamento dos produtos brasileiros. Segundo lembrou, somente nas áreas de informática e de telecomunicações, o déficit na balança comercial deverá chegar a US\$ 8 bilhões este ano (importações de US\$ 12,5 bilhões e exportações de US\$ 4,5 bilhões).

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que, embora o governo tenha autonomia para controlar a taxa de câmbio, podendo implantar sua própria política comercial, “na verdade não governa, mas é governado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos banqueiros estrangeiros”.

## Hartung ressalta qualidade do café do Espírito Santo

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) aplaudiu ontem em Plenário o setor de cafeicultura do Espírito Santo. Com a produção e comercialização de cafés finos, disse, o setor está obtendo melhores preços para a exportação do produto. O estado, informou o senador, é o segundo maior produtor de café no Brasil, mas ocupa o primeiro lugar na produção de grão de qualidade, que já estaria se tornando *griffe* consagrada internacionalmente.

Hartung relatou o concurso realizado, no fim da semana passada, em Pedra Azul, município localizado nas montanhas do Espírito Santo, no qual foram apresentadas 166 amostras de cafés finos, de 50 produtores de 25 municípios diferentes. Foram premiadas 32 amostras de café produzido por agricultores que exportam a maior parte da colheita, afirmou.

### LEILÃO

Para Hartung, o compromisso com a qualidade marca “uma página virada na cafeicultura do Espírito Santo”. O êxito internacional está ligado à estreita vincula-



Paulo Hartung disse que o Espírito Santo ocupa o primeiro lugar na produção de café de qualidade

ção da produção com as atividades de comercialização, garantindo o valor agregado justo para os cafés finos e eliminando intermediação. No total, o setor emprega 300 mil pessoas no estado.

O senador lembrou que, em recente leilão internacional do produto pela Internet, rede mundial de computadores, foram selecionados 18 cafés finos, dos quais dois eram produzidos no Espírito Santo. “Esses cafés alcançaram mais de R\$ 1 mil por saca, indicando a excelência do produto”, disse Paulo Hartung.

## Ornélas destaca instalação de fábrica da Monsanto

A inauguração de uma unidade da Monsanto, produtora de alimentos e insumos agrícolas, em Camaçari (BA), foi festejada ontem em Plenário pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). A unidade, disse, é resultado dos esforços empreendidos pelo governo baiano para industrializar o estado, gerando emprego e renda e interiorizando o desenvolvimento econômico. De acordo com o senador, o investimento inicial do empreendimento totaliza US\$ 350 milhões, além de outros US\$ 150 milhões investidos por outras empresas localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari para atender às demandas da Monsanto. A indústria será responsável pela produção do herbicida Roundup para outras unidades da empresa em São José dos Campos (SP) e na Argentina.

### INCENTIVO FISCAL

Investimentos desse tipo, ressaltou o senador, só foram possíveis graças à política de ajuste fiscal do governo baiano, aos incentivos fiscais concedidos às empresas e à continuidade administrativa. O PFL, partido de Ornélas, co-



Ornélas atribui à política de incentivo fiscal do governo baiano a instalação da unidade da Monsanto em Camaçari

manda o governo da Bahia desde 1991. O senador também ressaltou os resultados obtidos pela agricultura baiana, principalmente no oeste do estado, que, segundo disse, deu forte contribuição para que o país alcançasse a meta de 100 milhões de toneladas de produção anual.

– Essa região, que já conta com fruticultura, é a maior área de expansão do algodão, um incremento neste ano de 25% – disse Ornélas, salientando que a política de desenvolvimento tem melhorado os indicadores sociais do estado da Bahia.

# Iris pede medidas para evitar a falta de água

Senador cobra também expansão do saneamento básico, lembrando que só 20% da população contam com o serviço

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse ontem em Plenário que, embora tenha sido aprovada pelo Congresso no ano passado a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil precisa de medidas efetivas para evitar um colapso na disponibilidade de água nos próximos anos.

O senador também defendeu a adoção de ações governamentais para expandir e otimizar os serviços de saneamento básico no país, lembrando que apenas 20% da população têm acesso a redes de tratamento de esgoto.

Iris falou sobre a legislação brasileira de recursos hídricos, que prevê que para cada bacia hidrográfica deve haver um órgão gestor, o Comitê de Bacia. Ainda segundo a legislação, informou o senador, todos os usuários deverão pagar, mesmo que um preço modesto, pelo uso da água.

Ao salientar que a cobrança será colocada em prática na Bacia do Rio Paraíba do Sul, a partir de 2002, Iris Rezende chamou a



Iris adverte que cobrança pelo uso da água representará novo encargo para economia

atenção para o risco de tal política de proteção hídrica se transformar em obstáculo para o desenvolvimento nacional, já que a cobrança pelo uso da água representará um novo encargo para a economia.

Em aparte, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) lamentou o fato

de o projeto que trata do setor do saneamento básico no país estar paralisado desde o início deste ano na Câmara. Ele afirmou, no entanto, que a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) foi um avanço importante no gerenciamento e aproveitamento dos recursos hídricos.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que, embora seja importante a discussão sobre a escassez de recursos hídricos, o Brasil deve cuidar primeiro do saneamento básico. Para ele, o que falta no país é um sistema eficiente de escoamento das águas pluviais.

Waldeck Ornélas (PFL-BA) disse que a principal medida a ser tomada é a implantação dos comitês de bacias, cuja função será cuidar das condições das águas de cada um dos rios brasileiros, garantindo às reservas hídricas vida perene no futuro.

## Requião desmente crítica de comentarista esportivo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) repudiou ontem com veemência crítica que lhe foi desferida por comentarista esportivo em programa da rede de tvê CNT, sediada em Curitiba (PR). Segundo o senador, que congratulou o Atlético Paranaense pela vitória de 4 a 2 sobre o São Caetano na primeira partida da final do Campeonato Brasileiro, acusaram-no de querer prejudicar o time com uma investigação. Requião explicou que apenas requisitou os documentos contábeis enviados pelo Atlético Paranaense à CPI do Futebol após receber denúncias em seu gabinete sobre a existência de caixa dois no clube, que serviria para financiamento de campanhas eleitorais e lavagem de dinheiro.

Requião, que é torcedor do Atlético Paranaense, disse esperar que as denúncias sejam infun-

dadas, mas não pode fugir à responsabilidade de senador. Ele solicitou ao relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), os documentos referentes à contabilidade do clube, mas eles estavam em mãos do presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), que por sua vez afirmara não ter encontrado nenhuma irregularidade. Por isso, Requião ainda não teve acesso à documentação, mas prometeu examiná-la durante o recesso de final de ano.

— Tentaram me intimidar, bateram duro em rede nacional. Ontem, fui duramente agredido por um comentarista esportivo, que, por acaso, é funcionário da Secretaria de Esportes da prefeitura de Curitiba, onde está sendo investigada a existência de um caixa dois de campanha do atual prefeito, Cássio Taniguchi. Se houver alguma coisa, é evidente



Requião: "Fui duramente agredido por funcionário da prefeitura de Curitiba"

que vou levantar o problema. Gostaria de ver aprofundada essa investigação e, assim que puder examinar os documentos, espero voltar à tribuna para dizer que não existe nada de irregular na contabilidade do Atlético Paranaense.

O senador ainda recitou um poema, que disse ter adotado como linha de conduta para balizar sua vida, do poeta português Sidônio Muralha, chamado *Roteiro*. Ele deu ênfase à seguinte estrofe: "Parar/ Parar não paro/ Esquecer/ Esquecer não esqueço/ Se caráter custa caro/ pago o preço".

## Lobão espera que aposentado receba benefício perto de casa

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem iniciativa da Caixa Econômica Federal (CEF) de transformar em postos de pagamento de benefícios previdenciários lojas de cidades pequenas desprovidas de bancos. O senador informou ter apresentado na semana passada projeto de lei obrigando a Previdência Social a ter, até 2003, postos de atendimento a não mais de 15 quilômetros da residência dos segurados. Até 2005, os postos não poderão estar a mais do que cinco quilômetros. O senador vê tanto o projeto dele quanto a iniciativa da Caixa como medidas complementares.

— Em muitos casos, os idosos sofrem com a distância que precisam percorrer para receber seus benefícios. Meu projeto obrigará o governo federal a tomar iniciativa para minorar esse sofrimento.

Quanto ao programa da CEF, o senador informou que projeto piloto foi inaugurado em Solidão, Pernambuco, onde 750 aposentados receberão benefícios em uma



Edison Lobão apresentou projeto para facilitar a vida dos aposentados

padaria. Lobão elogiou a iniciativa, considerada por ele "criativa".

Em aparte, Waldeck Ornélas (PFL-BA) afirmou que a Caixa Econômica sempre mostrou-se receptiva às inovações. Para Ornélas, a medida vai acabar com o problema de recebimento de benefícios por parte de aposentados rurais. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) elogiou tanto o projeto de Lobão quanto a medida da Caixa e lembrou a dificuldade pela qual passam aposentados da Amazônia, que enfrentam até três dias de viagem para receber benefícios.

## Lindberg defende urgência para a reforma tributária

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) defendeu ontem urgência para aprovação da reforma tributária, mesmo em ano eleitoral como será 2002.

— Não podemos aceitar a presente situação, em que mais uma taxa está para ser aprovada, dessa vez para iluminação pública, sem qualquer preocupação com o peso global dos impostos sobre a sociedade brasileira.

Segundo Lindberg, a falta dessa reforma vem penalizando as empresas e o trabalhador, uma vez que o sistema de 62 impostos e contribuições do país não reparte equitativamente seu peso entre os vários setores. No Brasil, o contribuinte paga duas vezes mais impostos do que nos Estados Unidos, quatro vezes mais do que no Japão e 15 vezes mais do que na Argentina, garantiu Lindberg.

Ele lembrou as várias propostas que têm surgido no âmbito do grupo de trabalho do Congresso sobre reforma tributária, do qual



Lindberg Cury: sistema de 62 contribuições e impostos prejudica o país

faz parte. Entre elas, Lindberg apontou a adoção do imposto único no plano federal como uma proposta válida que poderá eliminar 99% da sonegação, arrecadando soma recorde de R\$ 19 bilhões, de maneira bem simplificada.

Lindberg observou que a globalização não pede licença para entrar nos países, os produtos vão chegando e desalojando os concorrentes que não reúnem condições de competir. O Brasil tem necessidade urgente de aprovar uma reforma tributária que simplifique seu sistema para evitar a sonegação e distribuir melhor o peso dos impostos, do contrário suas exportações nunca aumentarão significativamente, concluiu.

Em aparte, o senador José Fogaça (PPS-RS) aplaudiu a seriedade do trabalho do grupo parlamentar sobre reforma tributária, mas alertou que as mudanças precisam ser feitas gradativamente.